

CLASSE SOCIAL E DIREITO EM PIERRE BOURDIEU

SOCIAL CLASS AND LAW IN PIERRE BOURDIEU

AUTORES

Juliano dos Santos Calixto, Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFMG, na Linha de Pesquisa História, Poder e Liberdade.

Maria Fernanda Salcedo Repolês, Doutora em Direito e Professora do Programa de Pós-Graduação em Direito da Faculdade de Direito da UFMG, na Linha de Pesquisa História, Poder e Liberdade.

RESUMO

Este texto aborda o conceito de classe social a partir da crítica de Pierre Bourdieu ao marxismo com vistas a analisar a operacionalidade do conceito para a sociologia jurídica e para a compreensão das mudanças no campo jurídico, especificamente a mudança de perspectiva sobre lutas sociais, hoje descritas não mais como luta de classes, mas como reivindicações difusas relacionadas a diversos fatores não econômicos. A ampliação do conceito de classe social por via da teoria de Bourdieu permite superar o intelectualismo, o objetivismo e o economicismo e perceber que uma teoria do espaço social exige problematizar as lutas simbólicas internas e externas ao campo social, às hierarquias estabelecidas nessas lutas e, logo, à necessidade de compreensão desse espaço como eminentemente multidimensional. O texto demonstra essa complexidade por meio de uma breve análise da luta por reconhecimento, no campo do Direito, da posse e da propriedade privada.

PALAVRAS-CHAVE: classe social; direito; identidade; reconhecimento

ABSTRACT

The text discusses the concept of social class from the point of view of the criticism made by Pierre Bourdieu to the Marxist theory with the aim to analyze the practicality of the concept for today's sociology of law and for the comprehension of the changes of the legal field, specifically the one that deals with the change of perspective in the definition of social

struggles which are no longer described as class struggles, but as diffuse vindications related to different non-economical elements. A broader concept of social class as the one presented by Bourdieu' theory makes it possible to overcome intellectualism, objetivism, and economicism, and to understand that the elaboration of a theory of social space makes it necessary to discuss the internal and external symbolic struggles to social field, the hierarchies that these struggles provoke and, therefore, the need to understand this space as something eminently multidimensional. The text demonstrates this complexity through a brief analysis of the struggles for recognition of private property and possession in the Law field.

KEYWORDS: social class; law; identity; recognition

I. Introdução

Abordar o tema classe social não é uma tarefa fácil. Ele remete à obra de Marx e a textos marxistas, nos quais o próprio termo, e outros, como “luta de classes” e “consciência de classes”, são abundantes, mas, o fato é que o conceito não é encontrado de forma sistemática em nenhum dos textos do autor considerado base para o estudo do mesmo. Existem, por exemplo, “continuações” da obra *O Capital*, publicadas postumamente e que inclusive despertam dúvidas sobre a sua autoria, se de Marx ou de Engels, com capítulos incompletos. A obra de Marx termina justamente quando o autor iria tratar deste tema, um destes capítulos não finalizados trata da questão das classes sociais em seu título.

Apesar dessa indeterminação, o material produzido por Marx e o gerado por diversos autores resultam em formas de se explicar teoricamente o conceito de classe social. Sobre esse assunto existe um Marx e muitos marxismos. Neste texto buscamos trabalhar escritos de Marx e a crítica de Pierre Bourdieu às teorias marxistas com o objetivo de analisar em que medida o conceito de classe social é operacional para a sociologia jurídica e para se entender as mudanças no campo jurídico, principalmente no que diz respeito a uma mudança de perspectiva das lutas sociais que são hoje descritas não mais como luta de classes, mas como reivindicações difusas relacionadas a diversos fatores não econômicos.

II. Classes sociais para além do que está no papel

Para Pierre Bourdieu classe social é uma construção teórica que visa identificar relações entre agentes que ocupam posições próximas no espaço social em função do capital que possuem. A composição do capital dos agentes é o que diferencia cada um no espaço social. Capital é conceito empregado por Bourdieu de maneira abrangente e, no caso da classe social, este se define em seus aspectos econômicos e culturais principalmente. Assim, Bourdieu afirma que agentes que ocupam posições relativamente próximas no espaço social estando expostos a condições econômicas e culturais semelhantes, têm uma maior probabilidade de possuírem práticas e atitudes análogas:

Com base no conhecimento do espaço das posições, podemos recortar *classes* no sentido lógico do termo, quer dizer, conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, têm, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes. (BOURDIEU, 1989, p. 136)

Assim, para Bourdieu classe social é um conceito operacional que explica teoricamente a formação de maneiras relacionais que tem uma probabilidade de atuar de determinadas formas em determinadas situações. Porém, elas não existem no mundo real no formato da sua elaboração teórica. O conceito aponta apenas para probabilidades relacionais que podem se confirmar ou não.

Esta classe no papel tem a existência teórica que é a das teorias: enquanto produto de uma classificação explicativa, perfeitamente semelhante à dos zoológicos ou dos botânicos, ela permite explicar e prever as práticas e as propriedades das coisas classificadas – e, entre outras, as das condutas de reunião em grupo. (BOURDIEU, 1989, p. 136)

O conceito de classe social de Bourdieu aqui delineado destaca a necessidade de se estabelecer uma teoria do espaço social, o que determina a sua ruptura com o conceito desenvolvido pelas teorias marxistas. Segundo esse autor, Marx e o marxismo são os primeiros a tratar do tema de classe social com pretensões científicas e conseguem grande prestígio por contribuir mais do que qualquer outra teoria para uma elaboração apropriada do conceito. No entanto, este reconhecimento acadêmico torna-se também um dos maiores empecilhos para o progresso da teoria adequada do mundo social.

Desse modo, Bourdieu apresenta suas críticas ao conceito tal como apresentado por aquelas teorias. Primeiro, é preciso romper com a ilusão de que as classes estão agrupadas em grupos reais, ou seja, é preciso superar o cientificismo que considera que a classe teórica se transforma em uma classe real. De fato, não necessariamente existe um grupo mobilizado na busca por determinados interesses, apenas porque é possível identificar teoricamente a existência de um grupo com determinadas características comuns. Depois, é preciso também romper com a redução do conceito de classes à esfera econômica, como se esse aspecto fosse a única forma de se determinar uma posição social. E, por fim, é preciso considerar que a definição teórica de classe social implica na descrição de lutas simbólicas existentes dentro dos campos e em campos diferentes. Nas palavras de Bourdieu:

A construção de uma teoria do espaço social implica uma série de rupturas com a teoria marxista. Ruptura com a tendência para privilegiar as substâncias – neste caso, os grupos reais, cujo número, cujos limites, cujos membros, etc. se pretende definir – em detrimento das relações e com a ilusão intelectualista que leva a considerar a classe teórica, construída pelo cientista, como classe real, um grupo efetivamente mobilizado; ruptura com o economismo que leva a reduzir o campo social, espaço multidimensional, unicamente ao campo econômico, às relações de produção econômica construídas assim em coordenadas da posição social; ruptura, por fim, com o objetivismo, que caminha lado a lado com o intelectualismo e que leva a ignorar as lutas simbólicas desenvolvidas nos diferentes campos e nas quais está em jogo a própria representação do mundo social e, sobretudo, a hierarquia no seio de cada um dos campos e entre os diferentes campos. (BOURDIEU, 1989, p. 132)

Na sua busca por uma teoria do espaço social, Bourdieu agrega ao conceito de classe social as ideias de capital social, capital cultural, poder simbólico e *habitus*. O que elas vêm a revelar em seu conjunto é que a determinação dos interesses que delinea tanto uma classe social quanto o seu conflito com outras classes não pode ser reduzido ao aspecto econômico, pois depende de fatores culturais e sociais que são tanto mais efetivos quanto mais sub-reptícios. Um dos principais leitores brasileiros de Bourdieu, Jessé de Souza, ressalta:

O que faz uma classe social ser uma classe, ou seja, o que faz um certo universo de indivíduos agirem de modo semelhante não é, portanto, a “renda”, mas a sua construção “afetiva” e pré-reflexiva montada por uma “segunda natureza” comum que tende a fazer com que toda uma percepção

do mundo seja quase que “magicamente” compartilhada sem qualquer intervenção de “intenções” e “escolhas conscientes”. Esse acordo nunca explicitado – acordo esse, aliás, tanto mais eficiente quanto menos explicitado – só pode ser adequadamente percebido enquanto acordo pelos seus “resultados práticos”. (SOUZA, 2011, p.408)

Assim, o principal produto e herança de membros de uma mesma classe social não é o capital monetário, fator, aliás, variável e instável, e sim o capital social e cultural. Trata-se de formas incorporadas de compreender o seu lugar no mundo, de agir e de se relacionar. Isso explica, por exemplo, porque uma pessoa pode enriquecer e mesmo assim não ser aceita em determinada “roda” ou ambiente. Ela acumulou capital monetário, mas não é capaz de reproduzir gestos, palavras, gostos e formas de vida típica da classe social acessível a ela por seu capital monetário. Essa constatação e ampliação do conceito de classe social significa também uma mudança na perspectiva dualista do marxismo, que concebe o surgimento de outras classes sociais para além da descrição burguesia/proletariado, e admite, por exemplo, a existência de uma nova burguesia¹.

Daí a contribuição de Bourdieu para uma retomada do conceito marxista sob uma ótica mais abrangente e por isso mais eficaz do ponto de vista de sua capacidade de explicação teórica do mundo em que vivemos a partir do conceito de *habitus*. Como bem explica Brasília Sallum, o *habitus* é uma força invisível, muito mais uma “inconsciência de classe”, do que a “consciência de classe” definida pelo marxismo:

Para Bourdieu o que faz a ponte entre as posições objetivas de classe – materiais e culturais – e suas práticas não é a consciência e sim o *habitus* de classe. Trata-se, o *habitus*, de um conjunto de disposições de conduta de cada classe em relação às outras, que resulta da incorporação por seus agentes das percepções que têm sobre sua posição relativa no conjunto das relações de classes. Estas disposições de conduta das várias classes, os seus *habitus*, estão segundo Bourdieu aquém do nível da representação explícita e da expressão verbal. O *habitus*, diz ele, é mais um inconsciente de classe do que uma consciência de classe. (SALLUM, 2005)

Esses modos de reprodução de formas de viver e de fazer de cada classe constituem lutas simbólicas, pois estabelecer o *habitus* de uma classe como sendo o padrão social faz com que essa acumule capital e aumente o seu poder. O poder político é assim definido por

¹ A esse respeito ver a discussão de Brasília Sallum no artigo citado neste texto (SALLUM, 2005)

Bourdieu, sobretudo, como um poder simbólico, como a capacidade de nomear o mundo e fazer com que essa nomeação seja incorporada como a “natural” entre as demais classes. Assim, veremos a seguir como esse conceito se relaciona com a dominação e com as lutas sociais que dela podem emergir.

III. A importância das classes sociais nas lutas sociais

O conceito de classe social desenvolvido por Karl Marx, principalmente em sua versão econômica-política apresentada em *O Capital* é criticado por apresentar o conflito entre burguesia e proletariado como algo estático. E, nesse ponto, é que se pode separar o marxismo do pensamento de Marx e aproximar este da tese de Bourdieu. Assim, se por um lado Bourdieu rejeita que a classe social possa ser definida a partir de sua mobilização para determinado fim, como se esse fato histórico e momentâneo apreendesse toda a complexidade das relações por ela estabelecida, por outro, as classes não são grupos pré-definidos e encaixados em um sistema pré-estabelecido. Pelo contrário, a classe social só se define em sua conformação ao espaço social e, portanto, em sua interação com esse. Essa lógica relacional permite entender a dinâmica pressuposta no próprio conceito e torná-la independente de sua realização factual por meio da mobilização.

Nesse sentido Bourdieu vê na própria obra de Marx uma descrição efetiva dessa dinâmica. A leitura de alguns trechos, por exemplo, o capítulo XXIV, Livro Primeiro, volume II, de *O Capital* intitulado *A Chamada Acumulação Primitiva* permite discutir tal entendimento. No capítulo, Marx busca demonstrar como ocorreu a acumulação do capital antes da existência do sistema capitalista propriamente dito, do qual deriva o conceito de acumulação primitiva. Para isso, ele utiliza o exemplo da Inglaterra, explicando como se deu a concentração das terras nesse país com a expropriação dos trabalhadores rurais. Os pequenos proprietários foram obrigados a vender suas propriedades, a agricultura de subsistência foi substituída por pastagens e campos para a criação de ovelhas, e ainda, algumas propriedades foram transformadas em campos de caça, deixando de produzir bens para consumo e passando apenas a gerar renda para os proprietários que alugavam as terras para esse fim. Com a expropriação desses agricultores, a única forma de sobrevivência passou a ser a venda de sua força de trabalho para atuar em outras áreas agrícolas ou nas

fábricas que começavam a se formar. Dessa forma, explica Marx, era gerada a mão de obra disponível e barata essencial para a consolidação do modelo capitalista.

Ele continua analisando as consequências do processo de acumulação primitiva de capital na Inglaterra. E cita, por exemplo, que houve um aumento significativo da miséria da população inglesa, o que refletiu na elaboração de leis para tentar contornar a situação:

No ano 43 de seu reinado [da Rainha Elizabeth], foi o governo por fim compelido a reconhecer oficialmente o pauperismo, introduzindo o imposto de assistência aos pobres. (MARX, 1968, p. 837)

Marx reforça ainda que a citada lei que reconhece o pauperismo em que vivia a população não contava com exposição de motivos. Outro ponto levantado pelo autor é a criminalização da miséria com leis que permitiam castigos físicos, cárcere privado e até mesmo pena de morte para quem fosse preso e reincidente pelo fato de vagar pelas ruas, sem ter onde ficar ou um trabalho para se sustentar.

Este contexto dinâmico demonstra que a formação do que seria chamado posteriormente de proletariado foi resultado de inúmeros atos e movimentos históricos. Foi desencadeada uma série de ações políticas e econômicas que resultaram nas classes sociais contemporâneas tal como definidas pelo autor citado. O próprio Marx não sucumbe ao intelectualismo, como de fato o fazem os marxistas. Para Bourdieu a obra de Marx consegue apontar para as bases de um conceito de classe social profundamente arraigado na história e, portanto no “movimento”, ou, poderíamos dizer, na dialética.

Nessa linha, a leitura da obra de Marx também autoriza ultrapassar a armadilha economicista na qual caem os marxistas. Ao apresentar a classe proletária como revolucionária, Marx lhe concede um papel político fundamental que reverbera no conceito de classe social. O sistema capitalista, com seu motor econômico e todas as suas contradições, interfere em toda a estrutura da sociedade. A modificação do sistema depende da infraestrutura, ou seja, da dinâmica de produção e, por isso, é em última análise, um problema econômico. No entanto, a mudança está intimamente ligada a um fator político, pois só é possível por meio do motor da mudança, que é a classe social no cumprimento de seu papel revolucionário.

Em certo aspecto o conceito de classe social de Bourdieu e o de Marx podem ser tidos como complementares, fato que o próprio Bourdieu reconhece, pois, segundo ele, o seu conceito não exclui as lutas simbólicas em torno da acumulação de capital econômico. Por

isso, Bourdieu admite também que qualquer tentativa de conceituação de classe social deva começar pela teoria marxista. De qualquer modo, as rupturas e divergências também se tornam patentes. O que Marx e o marxismo não conseguem ver é que a luta de classes é também uma luta política por classificações.

A luta das classificações é uma dimensão fundamental da luta de classes. O poder de impor uma visão das divisões, isto é, o poder de tornar visíveis, explícitas as divisões sociais implícitas, é o poder político por excelência: é o poder de fazer grupos, de manipular a estrutura objetiva da sociedade. (BOURDIEU, 1990, p. 167)

O conceito de classe social de Bourdieu² é, nesse sentido, mais elucidativo porque permite problematizar os conflitos existentes entre os diversos campos, e perceber como cada classe busca colocar a sua visão de mundo como dominante: eis a questão do Poder Simbólico, o poder de nomear as coisas, o poder de ditar o que é prioridade ou não no mundo social. Esse poder simbólico sustenta a força de divisão e de hierarquização da sociedade e assenta as bases de sua própria reprodução. Por isso, concordamos com a análise de Jessé de Souza, que se utiliza da teoria de Bourdieu para afirmar que ainda se pode falar em luta de classes no contexto contemporâneo. Mesmo que não se possa reduzir essa luta ao esquema explicativo marxista de contraposição entre burguesia e proletariado, e seja de fato necessário agregar o elemento cultural à definição de classe, não se podem negar as formas de reprodução da dominação e da opressão que geram conflitos sociais permanentes. Como explica Jessé de Souza:

O melhor do talento investigativo de Bourdieu é dedicado precisamente a desvelar e revelar as formas opacas e distorcidas nas quais a luta de classes e entre frações de classes assumem na modernidade tardia. Essa estratégia de desilusionismo tem como fio condutor desconstruir as máscaras que constituem a base da dominação e da opressão social no sentido mais amplo e que garantem sua legitimidade e aceitação. O desafio seria demonstrar, como diz Mauss, numa bela citação amada e repetida várias vezes por Bourdieu: “Como as sociedades continuamente se pagam com a moeda falsa dos seus sonhos”. (SOUZA, 2006, p.41)

² Sobre esse tema ver BOURDIEU, Pierre; KERN, Daniela; TEIXEIRA, Guilherme J.F. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007.

Uma mudança significativa no conceito de classe social de Bourdieu permite desmistificar o papel da revolução, isto, é claro, inserido em um contexto científico e acadêmico descrente das possibilidades da utopia, muito distinto, portanto, do contexto dos escritos de Marx, mas contemporâneo dos escritos marxistas³. Nesse sentido, Bourdieu assevera que a posição social de classe é central para determinar seu poder de gerar modificações; e, contraditoriamente, os grupos dominantes são os que possuem as melhores “armas” para realizar as mudanças e os menos inclinados a fazê-lo:

Os mais visíveis do ponto de vista das categorias de percepção em vigor são os que estão mais bem colocados para mudar a visão mudando as categorias de percepção. Mas, salvo exceção, são também os menos inclinados a fazê-lo. (BOURDIEU, 1989, p.145)

Nesse sentido, a compreensão da dominação na fase atual do capitalismo e sua superação pela luta de classes mostram-se mais complexas, inclusive em sua “solução”. O discurso da igualdade formal e da igualdade de oportunidades não foi superado pelas sociedades capitalistas. Ao contrário, esses conceitos permitem a manutenção de um modelo excludente que sequer necessita de ações para afirmar sua dominação. A noção de que existe igualdade de condições para o desenvolvimento do indivíduo, permite concluir que a situação – econômica, cultural, social – de cada integrante da sociedade depende das suas atitudes. Ou seja, a posição social que cada um ocupa foi resultado de suas ações ou omissões. Jessé Souza ressalta o seguinte:

No que toca a especificidade da dominação no capitalismo avançado, Bourdieu acompanha a tese marxiana da “ideologia espontânea”. O capitalismo logra desenvolver e de certa maneira “secretar” uma forma de dominação que não apenas não se mostra enquanto tal, mas também, ao mesmo tempo, exime que os dominadores do custoso trabalho de reprodução das relações de dominação. A ideologia mais bem-sucedida é precisamente aquela que não precisa de palavras e que se mantém a partir do silêncio cúmplice de sistemas auto-regulados que produzem, sob a máscara da igualdade formal e da ideologia do talento meritocrático, a “sociodiceia dos próprios privilégios” das classes dominantes. (SOUZA, 2006, p.50)

O silêncio desta dominação guarda dois pontos fundamentais. O primeiro é a reprodução quase que invisível da ideologia dominante, que não é questionada ou ao menos

³Sobre esse debate ver BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Cambridge: Stanford University Press. 1988. 344p

percebida tanto pelos dominados, que se colocam na posição de culpados pela situação desvantajosa que ocupam, ou pelos dominadores, que veem sua posição como uma conquista fundamentada no mérito. O segundo ponto é que a auto-reprodução destas relações esconde as origens das desigualdades e inviabiliza a luta por mudanças. É como se cada pessoa nascesse com seu destino traçado pela sua classe social, mas, que não soubesse disso, e vivesse uma vida inteira, de frustrações ou de falsas realizações dependendo da sua classe de origem. Assim, explica Jessé Souza que:

As classes sociais se reproduzem, portanto, de maneira duplamente invisível: primeiramente porque a construção das distintas capacidades de classe é realizada no refúgio dos lares e longe dos olhos do público; depois, invisível ao senso comum, que só atenta para o resultado, apresentado como “milagres do mérito individual”, deixando as condições sociais e familiares desse “milagre” cuidadosamente fora do debate público. (SOUZA, 2011, p.47)

Se o conceito de revolução vai perdendo a sua força explicativa, o contexto das lutas sociais ainda é relevante para se entender a conjuntura atual da sociedade. A luta por determinados direitos ou a mudança deles ou da sua forma de aplicação depende, em muitos casos, de movimentos sociais pleiteando alterações. Em tal contexto, o conceito de classes sociais mantém a sua importância e atualidade, pois ainda influi na compreensão teórica de como essas lutas operam e quais os seus impactos para a forma como o Direito é usado para o estabelecimento de hierarquias sociais e de hierarquias internas ao próprio Direito.

Nesse sentido, Sallum propõe uma alteração da teoria das classes sociais de Bourdieu, baseada no dinamismo do capitalismo explicitado por Marx:

Em suma, não são apenas as posições e trajetórias das classes e dos atores (divergentes ou não) que explicam a possibilidade de variação das disposições de conduta inerentes a cada classe; a própria experiência social de cada classe – e especialmente a das dominadas – é, como disse antes, ambígua e dinâmica, na medida em que o sistema capitalista de classes é contraditório e cíclico. A ambigüidade introduzida na experiência das classes sociais pelas contradições do capitalismo, amplia os limites dos esquemas pré-reflexivos de percepção e das disposições de conduta que caracterizam o *habitus* de cada classe social. Assim alterada, a teoria das classes torna-se mais sensível que o esquema teórico original de Bourdieu para explicar a emergência de movimentos de contestação à ordem estabelecida que, de

quando em vez, irrompem no fluxo previsível da dinâmica social.
(SALLUM, 2005)

As mudanças no conceito de classe social poderiam auxiliar na compreensão de novos movimentos sociais que surgem no mundo. Questões atuais como a “Primavera Árabe” ou o movimento “Ocupe *Wall Street*” ultrapassam o conceito marxista de classe social, mas não o exclui. Nelas são contidas questões relativas ao capital cultural e ao *habitus* destes novos manifestantes. As disputas simbólicas e o papel da cultura não podem ser desconsiderados. Assim como o fator econômico também não poder ter sua importância reduzida. O impacto disso se sente na fala dos analistas do movimento de *Wall Street* que citam que a maior parte das pessoas mobilizadas é de jovens, com elevado capital cultural, mas que mesmo assim não conseguem se inserir no mercado de trabalho e não veem perspectiva no modelo econômico vigente no mundo.

IV. Classes sociais e mudança: considerações sobre o caso da posse e da propriedade

Na linha do que viemos desenvolvendo neste texto, Jessé de Souza ressalta que deixar de apontar a existência das classes sociais no contexto atual é uma forma de manter o senso comum distante de vários dos problemas que marcam a sociedade brasileira:

o “esquecimento” da “classe social”, como segredo mais bem guardado da ideologia do senso comum, só pode ser adequadamente compreendido se separarmos cuidadosamente o conceito de classe social como fonte de todas as heranças simbólicas, valorativas, morais e existenciais que se passam de pais a filhos por laços de afeto, do conceito meramente econômico de classe como acesso a dada “renda”. Esse tema é de difícil compreensão num mundo e, muito especialmente, num país onde a única linguagem que parece existir é a da economia. Mas se “refletirmos” – percebemos facilmente que o que os pais transmitem para os filhos de mais importante não é “dinheiro” nem nada que seja comprável apenas com ele. (SOUZA, 2011, p.44)

Bourdieu também alerta para o perigo da dominação simbólica e silenciosa, e por isso tão eficaz, que naturaliza conceitos e formas de atuação pré-reflexivas. Assim, o desafio torna-se fazer a conexão entre a ação social e o novo aporte sobre o conceito de classe social (SALLUM, 2005). O que o conceito de classe social tem a dizer sobre as formas de

dominação e a sua superação, tendo em vista a crise das possibilidades explicativas do conceito de revolução?

Para exemplificar esse desafio escolhemos um tema sobre o qual, como outros existentes no nosso tempo, paira um tabu que impede que se façam as perguntas fundamentais a seu respeito. Essa é talvez a força da afirmação de Susanita:



Figura 1.

Os temas da posse e da propriedade estão no âmago da construção do capitalismo moderno e decerto existem conflitos entre classes e inúmeros direitos violados quando se trata desse conflito, no qual a noção de indivíduo e de indivíduo proprietário marca profundamente a sociedade contemporânea.

Marx em seus *Manuscritos Econômicos Filosóficos* aborda o tema da propriedade privada. Em um pequeno excerto ele inicialmente cita os chamados socialistas utópicos, Proudhon, Fourier e Saint-Simon, para criticar o que chama de *comunismo grosseiro*, que propõe a oposição da propriedade privada à propriedade geral. O autor afirma que esta substituição de ideias não resultará na mudança real da situação do homem. Marx ressalta que mesmo a superação do Estado não garante a existência do comunismo, caso a questão da propriedade não seja adequadamente tratada.

Assim, o jovem Marx aponta a superação da propriedade privada como a questão fundamental para o fim da alienação do homem e para a sua libertação:

O comunismo como superação positiva da propriedade privada, enquanto auto-alienação do homem, e por isso como apropriação efetiva da essência humana através do homem e para ele; por isso, como retorno do homem a si enquanto homem social, isto é, humano; retorno acabado, consciente e que veio a ser no interior de toda a riqueza do desenvolvimento até o presente. Este comunismo é, como acabado naturalismo = humanismo, como acabado

humanismo = naturalismo; é a verdadeira solução do antagonismo entre o homem e a natureza, entre o homem e o homem, a resolução definitiva do conflito entre existência e essência, entre objetivação e auto-afirmação, entre liberdade e necessidade entre indivíduo e gênero. É o enigma resolvido da história e se conhece como esta solução. (MARX, 1974 p. 14)

O enigma do qual fala Marx ainda resta irresoluto. Como bem retrata o poema *Morte e Vida Severina* de João Cabral de Melo Neto, os antagonismos entre homem e natureza e entre o homem explorador e o homem explorado, retratados nos anseios de um lavrador, em seu desejo de possuir os meios de produção de que necessita para sua subsistência e para seu trabalho, enfim, tudo o que foi desejado em vida é simbolicamente concedido apenas na morte, ditos no dia do enterro:

Viverás, e para sempre
na terra que aqui aforas:
e terás enfim tua roça
(...)
Agora trabalharás
só para ti, não a meias,
como antes em terra alheia.

Trabalharás uma terra
da qual, além de senhor,
serás homem de eito e trator.

Trabalhando nessa terra,
tu sozinho tudo empreitas:
serás semente, adubo, colheita.

(...)

No contexto da complexidade social atual, não se propõe que a superação do conceito de propriedade ocorra em um curto espaço de tempo, quase que de forma mágica. Nem mesmo Marx, conforme exposto em sua vasta obra, esperava que a superação da propriedade fosse um processo instantâneo, mas o resultado de alterações de longa duração. Além disso, este texto não se propõe também a sugerir a superação do conceito de propriedade sequer como uma possível solução. Mas sim demonstrar como questões delicadas

e complexas foram assimiladas como resolvidas nas sociedades capitalistas modernas. Quer-se problematizar como os ideais de algumas classes sociais podem prevalecer sem uma forma de contestação organizada e com potencial transformador.

Questões complexas, ou talvez, arraigadas na sociedade, como o conceito e a forma de uso da posse e da propriedade não encontram campo amplo para o debate político. O conceito de propriedade está imbricado profundamente nas relações sociais com reflexos quase imperceptíveis nas formas do Direito. Por isso, a modificação de tais institutos parece exigir uma mobilização mais sofisticada, a partir de um desvendamento dessas relações e dos tecidos firmes que elas tecem em torno das classes sociais. Ironicamente, conforme lembra Bourdieu, as classes dominantes tem maior facilidade de impor sua forma de pensamento, de classificar o que deve ou não ser colocado em pauta para ser discutido. Os movimentos de transformação tem início com grupos que provavelmente possuem afinidades e, portanto, os mesmos interesses e que em alguns casos vão contrapor outros interesses dominantes. Assim, a colocada em pauta de uma temática tão pouco problematizada passa, mesmo que pareça contraditório, por um tipo de aliança ou compromisso entre aqueles que detêm capital cultural e as classes dominadas.

Os movimentos pela posse e pela propriedade reproduzem o conflito conforme um paradigma tradicional de conflito social⁴, atuando como classes sociais dentro da divisão marxista de detentores dos meios de produção e detentores da força de trabalho. A questão aparece como sendo um problema de distribuição de riqueza, de crescimento econômico, de segurança pública e de controle social. A ação coletiva ligada a essas lutas ainda é descrita como forma homogênea, na contraposição entre a condição de assalariado e de proprietário dos meios de produção. Os valores que parecem reforçar são o da liberdade e segurança no consumo privado e do progresso material.

Essa descrição não permite compreender os conflitos em torno da posse e da propriedade e nem desvendar até que ponto eles continuam sendo sim conflitos de classe. Principalmente em meio urbano em que as coletividades que se unem com o propósito de contestar a condição de “sem-teto”, de “sem-casa”, de “atingidos pela Copa”, entre outros, ganham características heterogêneas e difusas na ação coletiva e angariam movimentos sociais interclassistas. Seus valores se voltam para a autonomia pessoal; a identidade e o

⁴ Ver a esse respeito o livro de Claus Offe (1989)

reconhecimento social. Seu modo de atuação externa concentra-se na política de protesto, anti-partidária e confrontacional.

Um exemplo ilustrativo desse conflito de classes, ou seja, de confronto de formas de vida, é o modelo de habitação social criado como alternativa para o déficit habitacional nas grandes cidades. As áreas de favela têm sido urbanizadas e em seus espaços construídos prédios de até quatro andares, pintados com cores chamativas, em apartamentos de até 70 m². O modelo de edificação vertical nada mais é do que uma forma de vida da classe burguesa, que é passada como referencial de “vida boa” e sinônimo de qualidade. Ela ignora características básicas da forma de vida da classe social baixa, repositória das políticas de habitação. Nessas classes sociais as famílias são extensas, constituídas não raras vezes até mesmo por pessoas que não tem laços sanguíneos. Estão longe do modelo “pai, mãe e dois filhos” da classe média. Na classe baixa é comum a “vida boa” estar associada a uma lembrança da vida no campo, e por isso a criação de animais, os animais de estimação e a plantação ornamental ou de alimentos é considerada elemento essencial ao bem-estar da família. Esse modelo não consegue ser vivido em apartamentos. Finalmente podemos apontar as dificuldades que se vivenciam nessa política na internalização de ideias como as de condomínio, no qual se compartilham gastos para manter uma área comum, conceito estranho à organização espacial nas favelas e periferias.

As dificuldades vivenciadas na aplicação do modelo de política de habitação social que se espalha no Brasil mostra que a questão é de fato um problema de classe, ou seja, um problema político de nomeação do que seja “bem viver” e “qualidade de vida”. O paradigma que serve de base para se desenhar essa política ignora completamente as diferenças de visões de mundo e por isso impõe um modelo estranho e logo depois vê, estupefato, o fracasso da política; os prédios se transformam em favelas verticais, desorganizadas, decadentes e marcadas pela violência.

V. Conclusão

Esta breve exposição teve como objetivo criar um diálogo entre o conceito marxista de classe social e aquele exposto pela teoria social de Pierre Bourdieu, buscando debater coincidências e rupturas. Procuramos mostrar que o conceito de classe social ainda possui

papel fundamental para repensar a esfera política de luta social e a dimensão do conflito social, mas, para isto, ele deve ser ampliado.

O contexto atual das lutas sociais ultrapassa a fronteira do econômico. Não se trata de reduzir grupos com renda comum para denominá-los classe. O que define o grupo como classe depende também de modos de pensar e de formas de agir, de modo que o conceito de classe social contém o aspecto cultural e político, sem o qual ele não é operacional e torna-se, de fato, superado.

Essa ampliação do escopo da teoria permite discutir temas atuais como o dos movimentos sociais que ainda possuem uma ligação com a luta de classes. O que esse debate demonstra é que a luta de classes não se restringe à luta pela detenção de meios de produção ou pela melhor posição econômica dos atores sociais envolvidos. Afinal, é possível ser incluído no sistema como consumidor e mesmo assim não ter acesso à inclusão cultural. O conceito de classe social de Bourdieu leva em consideração que a luta de classes é, sobretudo uma luta política pelo poder de nomear o mundo. O que está em jogo é o poder simbólico.

O texto finalmente apresenta um conflito social em que a disputa sobre o simbólico mostra-se com toda a sua força. Ao se analisar a luta social pela posse e pela propriedade fica evidente que esse movimento social ainda não é compreendido em toda a sua extensão porque a visão de mundo que permeia sua definição está profundamente marcada pela tradição. É preciso romper com as forma de definir o que seja habitação e qualidade de vida para poder pensar a extensão da contestação que esses movimentos sociais representam. Aqui se apresentou apenas um esboço a esse respeito.

VI. Referências Bibliográficas:

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução: de Fernando Tomaz. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre; KERN, Daniela; TEIXEIRA, Guilherme J.F. *A distinção: crítica social do julgamento*. Porto Alegre: Zouk; São Paulo: EDUSP, 2007.

BOURDIEU, P. *Homo Academicus*. Cambridge: Stanford University Press. 1988.

MARX, Karl. *O Capital*, crítica da economia política. Livro Primeiro, Vol. II. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

MARX, Karl; GIANNOTTI, José Arthur. Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos. São Paulo: Victor Civita, 1974.

MELO NETO, João Cabral de. Morte e vida Severina. Ed. especial. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2006. 167 p. ISBN 8520918700.

OFFE, Claus. *Capitalismo Desorganizado: Transformações Contemporâneas do Trabalho e da Política*. São Paulo: Brasiliense, 1989.

SALLUM JR., Brasília. Classes, cultura e ação coletiva. Lua Nova, São Paulo, n. 65, ago. 2005. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452005000200002&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 05 abr. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0102-64452005000200002>.

SOUZA, Jessé. *A construção social da subcidadania: para uma sociologia política da modernidade periférica*. Belo Horizonte: UFMG, 2006.

SOUZA, Jessé. *A ralé brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2011.